

Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade



Informação de qualidade para aperfeiçoar as políticas públicas e salvar vidas

Nota Técnica No. 16

Crise altera o perfil do trabalho em casa e do teletrabalho. Desigualdade digital reduz rendimentos e rebaixa atividade econômica.

Principais resultados

- Antes da pandemia, o percentual de pessoas que trabalhavam de casa no Brasil (4,9%) não era muito diferente do que ocorria, por exemplo, nos países da União Europeia (5,4%).
- Com a pandemia, o trabalho em casa mudou, em volume e em qualidade. O percentual de pessoas que trabalha a partir de suas residências saltou de 4,9%, em 2019, para 10,3% em maio de 2020. Se em 2019 os autônomos eram 88,3% do total das pessoas que trabalhavam em casa, hoje representam menos que 15% do total.
- Antes da crise o trabalho em casa era basicamente informal, pouco qualificado e mal remunerado. Agora, as pessoas que trabalham a partir de casa são mais escolarizadas e fazem uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC).
- Os tradicionais informais que trabalhavam em casa estão impedidos de trabalhar, dada a natureza de suas atividades. Como resultado, sua renda cai continuamente. Os novos teletrabalhadores são principalmente profissionais com ensino superior, professores, gerentes, administradores, trabalhadores de escritório.
- O chamado "teletrabalho" no Brasil, nesse momento de crise, é significativamente inferior à maioria dos países comparados, o que reduz ainda mais a atividade econômica e indica baixa capacidade de adaptação.

- A exclusão digital e o acesso precário às TIC nos domicílios de baixa renda representam fortes limitações para o avanço do teletrabalho.
- É reduzido o uso da Internet para atividades do trabalho, mesmo entre os brasileiros que venceram a barreira do acesso, o que indica que a falta de habilidades digitais restringe o teletrabalho durante e provavelmente após a pandemia.

Introdução

A Covid-19 alterou profundamente o mercado de trabalho. Uma das principais mudanças ocorreu no trabalho realizado de casa por pessoas autônomas ou mesmo com vínculo empregatício. Historicamente essa modalidade esteve associada à informalidade, ausência de direitos e salários mais baixos; mais ainda, era predominantemente feminino e mais frequente em países pobres, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A pandemia trouxe para o centro de debate público a noção de "teletrabalho", uma referência genérica aos trabalhadores que realizam suas atividades a partir de seus domicílios. Rigorosamente, contudo, **essa categoria refere-se apenas às pessoas que trabalham em casa, mas para um empregador remoto, com o qual se comunicam por meios digitais, via TIC**. Ou seja, formam um subconjunto "moderno" entre os empregados que trabalham à distância.

Este boletim apresenta as principais transformações do trabalho de casa e realça suas características antes e durante a pandemia. Ao final, discute como as desigualdades digitais são ainda um entrave para a maior disseminação do teletrabalho no Brasil, bem como aponta desafios do trabalho de casa e do teletrabalho mais especificamente.

Tendências do trabalho em casa no Brasil e no Mundo

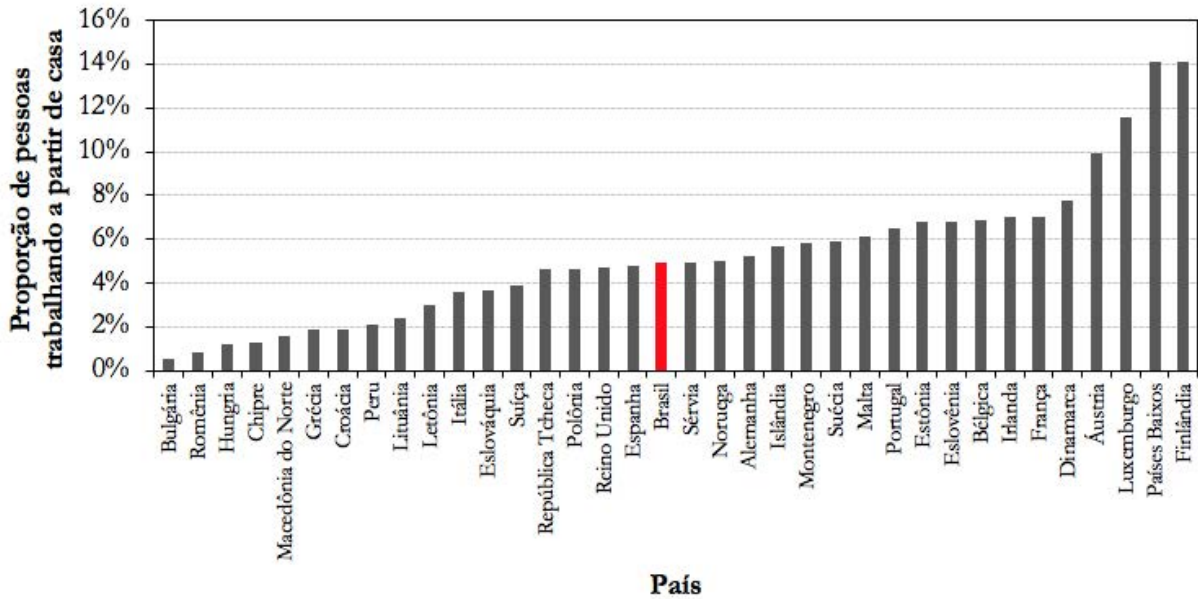
Antes da pandemia, acreditava-se que o trabalho remoto seria ampliado, especialmente naqueles países em que o processo de digitalização atingiu níveis mais elevados. O desenvolvedor de software ou designer que, mesmo vinculado a alguma organização, teria flexibilidade para trabalhar em casa ou em um coffee-shop faz parte, em geral, de imagens apresentadas como ponto de chegada de uma estrutura ocupacional flexível e aderente ao que seriam os novos tempos. No entanto, já antes da pandemia dados sobre as tendências do trabalho em casa indicavam que esse processo era muito mais lento e menos generalizado do que se poderia supor.

Segundo dados do Eurostat¹ o percentual de pessoas que trabalhavam de casa (independentemente do tipo de vínculo de trabalho) em 2019 era de apenas 5,4% nos países da União Europeia². Esse número não era muito diferente da média brasileira para o mesmo período: 4,9%, segundo a PNAD Contínua Anual de 2019. Os dados revelam razoável variação entre os países (Gráfico 1), sendo que o percentual no Brasil chegava a ser maior do que o de países como a Itália (3,6%), o Reino Unido (4,8%) e a Espanha (4,7%).

¹ Centro de estatística da União Europeia.

² <https://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/data/database>.

Gráfico 1 - Percentual de trabalhadores que trabalham em casa – Comparação entre o Brasil e os países da União Europeia, 2019

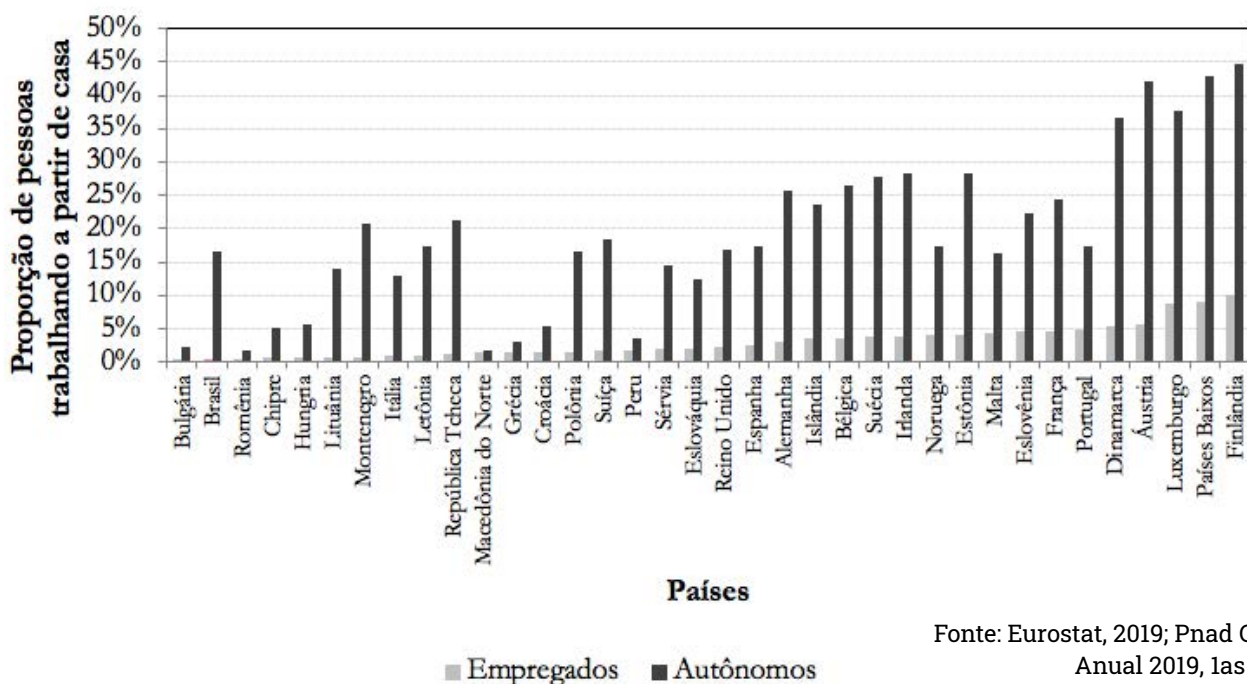


Fonte: Eurostat, 2019; Pnad Contínua Anual 2019, 1as Visitas.

O trabalho de casa sempre foi, na maior parte das vezes, uma prerrogativa típica de trabalhadores autônomos. Na Europa, em média, 19,0% dos autônomos trabalhavam em seus domicílios. No Brasil, esse valor era de 16,6%.

As diferenças se tornam mais marcantes, porém, entre aqueles com vínculo empregatício, os não autônomos. No Gráfico 2, que apresenta dados de um conjunto de países selecionados, o Brasil se localiza apenas à frente da Bulgária (0,4%, contra 0,2%). De todo modo, os valores são consideravelmente baixos na maioria dos países. Acima de 5% estavam apenas a Dinamarca (5,4%), Áustria (5,8%), Luxemburgo (8,9%), Holanda (9%) e Finlândia (10%).

Gráfico 2 - Brasil e União Europeia:
Trabalhadores que trabalham de casa (%), segundo tipo de vínculo no mercado de trabalho (autônomos e empregados)



Fonte: Eurostat, 2019; Pnad Contínua Anual 2019, 1as Visitas.

Trabalho em casa no Brasil: antes e durante a pandemia

No Brasil, em 2019, o contingente de trabalhadores que exercia atividades a partir de seus domicílios era basicamente formado por vendedores autônomos, doceiros, cozinheiros, costureiros, sapateiros e artesãos em couro, além de prestadores de serviços pessoais, como cabeleireiros, manicures, por exemplo.

A pandemia afetou drasticamente esse quadro, pelo menos temporariamente.

Segundo dos dados da PNAD-Covid, pesquisa emergencial do IBGE, o percentual de pessoas ocupadas que trabalharam a partir de suas residências era de 10,3% em maio de 2020. Esse número se refere à quantidade de pessoas que usualmente trabalhavam fora de casa, mas que, em função da pandemia, tiveram que mover suas atividades para suas residências. A PNAD-Covid, contudo, não pergunta sobre o lugar "usual" ou "habitual" de trabalho – assim, deixa de observar o trabalho em casa tradicional. Contudo, há fortes razões para acreditar que aqueles 4,9% de trabalhadores que tradicionalmente trabalhavam em seus próprios domicílios (e que majoritariamente eram informais) tenham se reduzido – por razões que apontaremos adiante. Assim, a nova composição do trabalho em casa, durante a pandemia, é majoritariamente composta por um setor "moderno", diferente do anterior.

Em 2019, os autônomos eram 88,3% do total das pessoas que trabalhavam em casa, hoje, no novo segmento, representam menos que 15% do total. Ou seja: pessoas que trabalham para um empregador se tornaram predominantes, o que representa uma inversão do quadro anterior à pandemia. O perfil ocupacional se alterou também de forma significativa: agora são principalmente profissionais com ensino superior, professores, gerentes e administradores, trabalhadores de escritório. Deste modo, em maio de 2020, as ocupações dominantes na modalidade de trabalho em casa assemelham-se muito mais à definição internacionalmente aceita de teletrabalho: atividades exercidas por empregados, com alta qualificação e que se relacionam com o empregador por meio da internet ou outras modalidades de TIC.

Tabela 1: Composição ocupacional do trabalho em casa: comparação entre os dados de 2019 e maio de 2020³

2019 (Média anual)		Maio de 2020	
Principais Ocupações	%		%
Alfaiates, modistas, chapeleiros, peleteiros, artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes	10,8	Profissões de ensino superior (advogados, engenheiros, contadores etc.)	23,4
Vendedores a domicílio	8,7	Professores	19,0
Padeiros, confeitadores e afins	7,2	Diretores, Gerentes, Políticos	8,1
Vendedores em geral	6,5	Auxiliares de escritório	6,9
Cozinheiros	5,6	Profissionais e técnicos de nível médio	6,9
Especialistas em tratamento de beleza e afins	4,9	Vendedores a domicílio	3,5
Subtotal	48,1		67,8
Outras Ocupações	51,9		32,2
Total	100,0		100,0

Fonte: PNAD Contínua Anual 2019, 1as Visitas; PNAD-Covid, maio de 2020.

³ É importante mencionar que no questionário da PNAD-Covid, o quesito que mede o trabalho em casa indaga explicitamente sobre o "teletrabalho" – ao passo que na PNAD Contínua não. Assim, em parte a diferença entre os resultados pode também se dever às mudanças na estratégia de coleta.

Essa mudança espelha o potencial de diferentes ocupações para se adaptarem às mudanças de rotina e às oportunidades de trabalho no contexto atual. Para os trabalhadores autônomos tradicionais, pouco qualificados e informais, as políticas de distanciamento social foram negativas porque representaram a impossibilidade de atenderem a seus clientes diretamente. Muitos foram obrigados a interromper suas atividades e arcaram com a queda de seus rendimentos. Para os empregados informais ou de ocupações manuais, a natureza de suas tarefas e atividades profissionais simplesmente impede o exercício à distância. Além disso, em raras ocasiões em que o trabalho remoto é possível, frequentemente não possuem infraestrutura tecnológica no domicílio – como um acesso de qualidade à internet (ver adiante nesta nota). Estas foram algumas das razões pelas quais os desligamentos de postos de trabalho e o desemprego afetaram com particular intensidade os informais e os menos qualificados, reduzindo o trabalho realizado em casa com perfil tradicional durante a pandemia. A PNAD-Covid aponta que o número de pessoas em ocupações de baixa qualificação que passou a trabalhar em casa foi bastante reduzido. Assim, aquele percentual de apenas 4,9% teria permanecido constante ou – muito provavelmente – caído.

Isso significa que a tendência atual não expressa apenas o crescimento do fenômeno do *home office* ou teletrabalho, exercido por pessoas de maior qualificação, mais privilegiadas do ponto de vista socioeconômico e com mais recursos para o acesso à tecnologia. Representa também as ocupações que tipicamente eram exercidas em casa e que tiveram suas atividades interrompidas. A pandemia trouxe também uma enorme mudança no perfil do trabalho.

A tabela abaixo mostra o percentual de trabalhadores que trabalhavam em casa, antes e durante a pandemia.

Tabela 2: Percentual de pessoas que habitualmente trabalhavam em casa (em 2019) e que passaram a trabalhar em casa (em maio de 2020), por grupos ocupacionais

Grupos ocupacionais	Trabalhava habitualmente em casa (2019)	Passou a trabalhar em casa (maio/2020)	Diferença
Forças Armadas	0,3%	4,1%	3,8%
Gerentes e Diretores	2,0%	26,0%	24,0%
Profissionais das ciências e intelectuais	4,6%	37,9%	33,3%
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	3,8%	13,6%	9,8%
Trabalhadores de apoio administrativo	,6%	16,5%	15,9%
Trabalhadores do comércio e serviços	8,1%	3,0%	-5,1%
Trabalhadores qualificados da agricultura	0,3%	0,4%	0,1%
Trabalhadores da construção e da indústria tradicional	11,9%	1,1%	-10,8%
Operadores de máquinas, motoristas e trabalhadores da indústria moderna	3,4%	0,7%	-2,7%
Ocupações elementares	1,0%	0,6%	-0,5%
Outras	.	13,5%	-
Total	4,9%	10,3%	5,5%

Fonte: PNAD Contínua Anual 2019, 1as Visitas; PNAD-Covid, maio de 2020.

Os trabalhadores do comércio, serviços e indústria foram os mais afetados pelo fato de não conseguirem cumprir as atividades laborais à distância. Já cargos de liderança (gerentes e diretores), profissionais das ciências, professores e trabalhadores administrativos de médio escalão foram os mais bem-sucedidos na adaptação ao teletrabalho.

A remuneração dos que trabalham em casa

A remuneração daqueles que trabalhavam em casa, até o momento anterior à pandemia, era baixa. No Brasil, em 2019, quem trabalhava de casa possuía renda 34% inferior aos que trabalhavam fora de casa.

Os trabalhadores remotos impulsionados pela pandemia, no entanto, tendem a ter rendas superiores. Durante o mês de maio de 2020, pessoas que passaram a trabalhar em casa ganharam 2,7 vezes mais do que aqueles que trabalharam fora. *E essa foi a tônica para todos os grupos ocupacionais.*

Tabela 3: Renda média dos grupos ocupacionais segundo o trabalho fora ou em casa, antes e durante a pandemia

Grupos Ocupacionais	2019			Maio de 2020		
	Fora de casa	Habitualmente em casa	Razão	Fora de casa	Passaram a trabalhar em casa	Razão
Forças Armadas	4.997	6.947	1,39	4.427	7.293	1,65
Gerentes e Diretores	6.419	4.508	0,70	4.164	7.744	1,86
Profissionais das ciências e intelectuais	4.991	3.611	0,72	3.592	4.684	1,30
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	2.930	3.215	1,10	1.972	3.532	1,79
Trabalhadores de apoio administrativo	1.845	1.547	0,84	1.523	2.079	1,37
Trabalhadores do comércio e serviços	1.665	1.091	0,66	1.259	2.257	1,79
Trabalhadores qualificados da agricultura	1.448	4.931	3,41	987	3.037	3,08
Trabalhadores da construção e da indústria tradicional	1.760	935	0,53	1.095	1.515	1,38
Operadores de máquinas, motoristas e trabalhadores da indústria moderna	1.892	1.195	0,63	1.518	2.182	1,44
Ocupações elementares	1.042	896	0,86	848	1.763	2,08
Total	2.324	1.527	0,66	1.593	4.289	2,69

Fonte: PNAD Contínua Anual 2019, Ias Visitas; PNAD-Covid, maio de 2020.

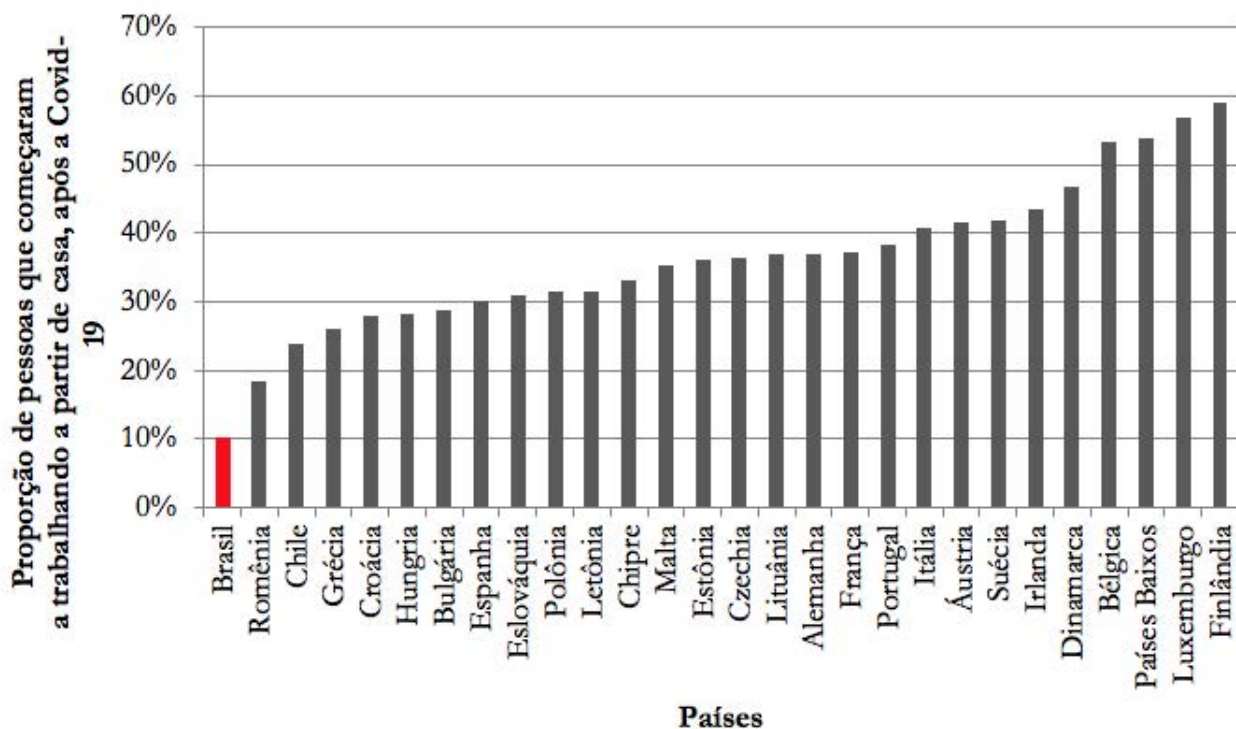
Em parte, esse resultado reflete a exclusividade e seletividade do trabalho remoto durante a pandemia: aqueles que podem optar por e/ou exercer essa modalidade já eram indivíduos em posições e ocupações previamente mais bem remuneradas. Dessa perspectiva, o teletrabalho não seria causa da maior remuneração, mas sim o seu sintoma. Por outro lado, o teletrabalho permite a continuidade da atividade econômica e seu exercício por um maior número de horas. Desse ângulo, opera também como causa de maiores rendimentos, numa via de mão dupla.

Em certos casos, a diferença de horas trabalhadas chega a ser gritante. Professores que mantiveram atividades presenciais, em média, trabalharam 8 horas por semana em maio. Entre aqueles que puderam realizar teletrabalho, esse número foi de 30 horas, quase quatro vezes maior.

A capacidade do mercado de trabalho de enfrentar a pandemia

Dados sobre a União Europeia mostram que o trabalho em casa cresceu substancialmente em todos os países que compõem o bloco. Cerca de 37% dos trabalhadores passaram a exercer suas tarefas a partir de casa durante a pandemia, um contraste forte com o Brasil, onde apenas 10,4%, dos trabalhadores passaram a trabalhar de casa. Na Grécia e na Romênia, países europeus com menor incidência dessa modalidade de trabalho, aqueles valores foram de 26% e 18,4%, respectivamente. No Chile, foi de 23,7%. O Brasil, assim, passou da condição de um típico caso médio para a de um caso discrepante.

Gráfico 3: Trabalho de casa durante a pandemia: Brasil, Chile e União Europeia

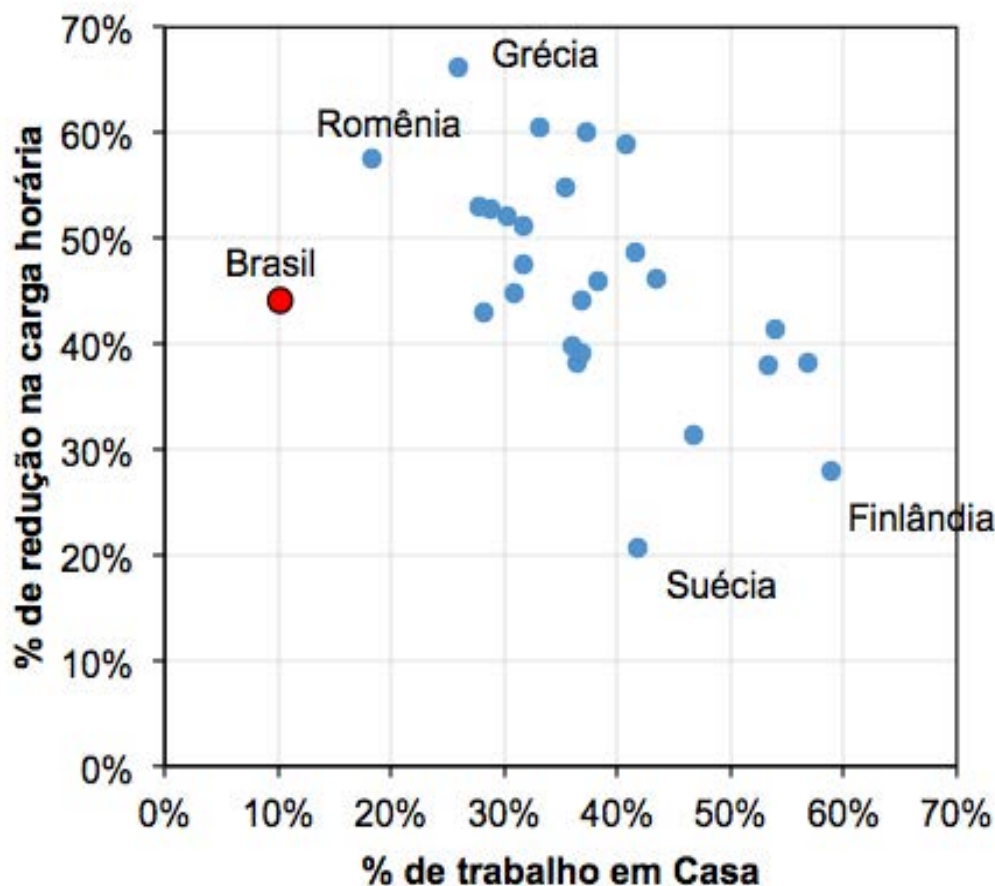


Fonte: Pnad Covid, Estudio Longitudinal Empleo-Covid19 (Chile) e Eurofound (União Europeia)

A experiência europeia confirma ainda que a jornada de trabalho pode ser mantida mesmo com o aumento do trabalho em casa: países com maior incidência de trabalho remoto sofreram menor perda de horas trabalhadas, no agregado. A perda de horas é indicadora da redução geral da atividade

econômica, logo, do produto e do crescimento agregado. É possível, assim, que a composição da força de trabalho brasileira, sem possibilidade de trabalho domiciliar no contexto da pandemia, trouxe maior queda da atividade econômica com agravamento dos impactos econômicos e sociais. Em outras palavras, a brutal desigualdade no acesso à internet foi um agravante para a redução das horas trabalhadas de casa e, em consequência, para a redução da atividade econômica, contribuindo assim para uma queda mais expressiva do PIB em relação a outros países, como o Chile e a União Europeia.

Gráfico 4: Percentual de pessoas trabalhando de casa e percentual de trabalhadores com redução das horas trabalhadas – Comparação entre Brasil e países da União Europeia

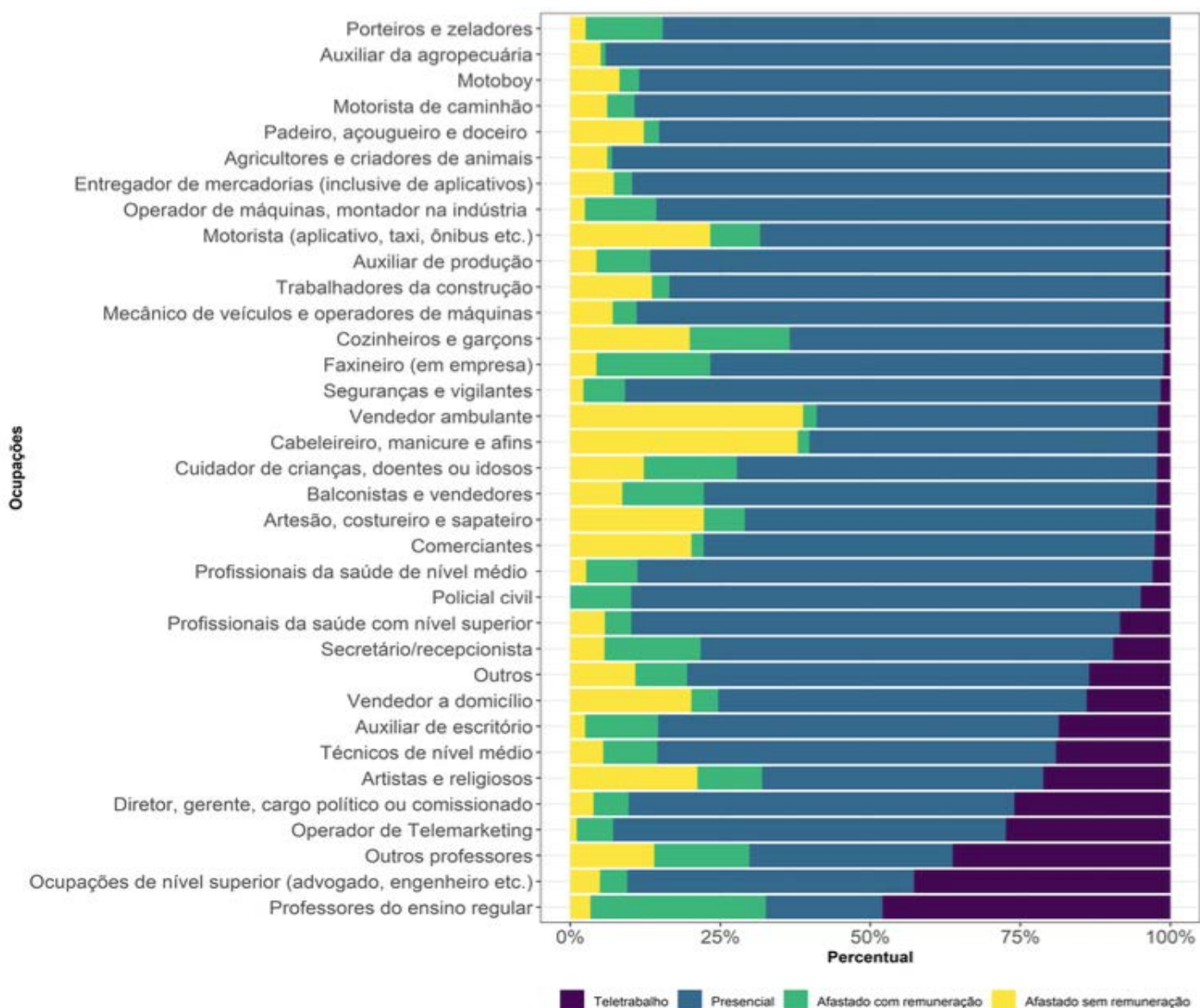


Fonte: Pnad-Covid, maio de 2020; Eurofound, 2019.

A perda de horas no Brasil só não foi maior porque os trabalhadores mais pobres e menos qualificados continuaram a exercer atividades fora de casa, ainda que em tempo parcial, ao invés de interrompê-las por completo. Isso evidencia as dificuldades das políticas de isolamento voltadas ao mercado de trabalho e o aumento do contágio e espraiamento do vírus. Como mostrado no Boletim 15 da Rede de Pesquisa Solidária, o Auxílio Emergencial não teve efeito significativo sobre a diminuição da circulação das pessoas nos espaços urbanos.

Vale destacar que o trabalho em casa/Teletrabalho, de um lado, e o trabalho presencial, de outro, não são as únicas alternativas em meio à crise. Diversos trabalhadores foram, na realidade, afastados de seus postos de trabalho – muitos deles, sem remuneração. O gráfico abaixo detalha a condição dos trabalhadores em cada grupo ocupacional, segundo quatro possibilidades: em teletrabalho/trabalho em casa, trabalhando presencialmente, afastado com remuneração e afastado sem remuneração.

Gráfico 5: Percentual de pessoas trabalhando de casa, trabalhando presencialmente, afastados com remuneração e sem remuneração dentro dos grupos ocupacionais. Brasil, maio 2020



Fonte: Pnad-Covid, maio de 2020

O gráfico mostra que profissionais da área de educação são aqueles que concentram as duas modalidades mais propícias para o atual momento: ou trabalham de casa, ou estão afastados com remuneração. Entre os profissionais de ensino superior, por outro lado, o afastamento é uma estratégia pouco utilizada: ou trabalha-se de casa, ou trabalha-se presencialmente.

Os afastamentos remunerados podem ser expressão de acordos realizados com os empregadores, em virtude da possibilidade aberta pela MP 936. Os afastamentos não remunerados, no entanto, refletem o mau desempenho econômico do setor e a incapacidade das firmas de manterem seus compromissos com a folha de salários. Dentre os trabalhadores afastados, há larga dominância dos sem remuneração em praticamente todas as ocupações, mas especialmente nas de menor rendimento. Esses deixam de receber, assim, a renda do trabalho por completo. Como mostrado no Boletim 14 da Rede de Pesquisa Solidária, a perda da renda dos trabalhadores tem causado um empobrecimento significativo dos estratos médios.

Isso também ocorre porque a capacidade de implementar o trabalho de casa depende do setor de atividade das empresas, independente da ocupação. Segundo os dados da Pesquisa Pulso Empresa, do IBGE, divulgados no último 16/07, apenas 38,4% das empresas no Brasil adotaram medidas de trabalho domiciliar durante a pandemia. Esse percentual é consideravelmente maior nos setores de Informação & Comunicação (75,2%) e de Serviços Profissionais (64,8%). Na grande maioria dos setores, contudo, e inclusive na Indústria (44,7%), menos de metade das empresas adotou tais medidas. As empresas de pequeno porte (até 50 empregados) apresentaram significativa dificuldade na implementação do trabalho de casa: apenas 37,7%, contra 70,4% e 86,2% das empresas de 50 a 500 e mais de 500 empregados, respectivamente.

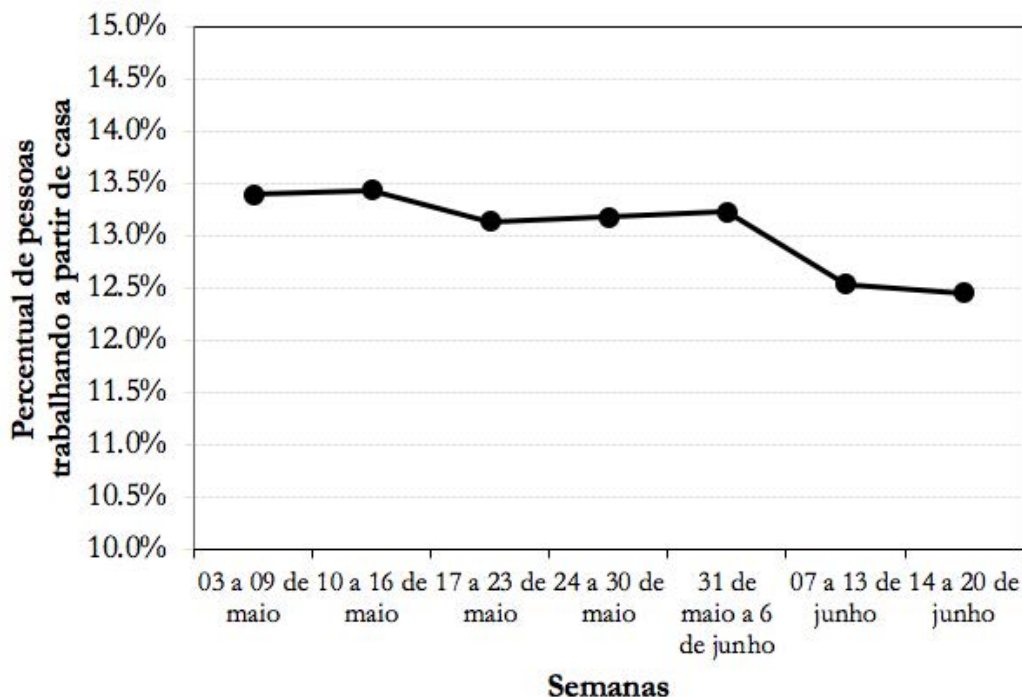
Tabela 4: Percentual de Empresas que adotaram trabalho domiciliar durante a pandemia, segundo porte e setor de atividade.

Total	38,4
Porte do estabelecimento	
até 49	37,7
50 a 499	70,4
500 ou mais	86,2
Atividade	
Indústria	44,7
Construção	58,4
Comércio	23,5
Comércio Varejista	17,7
Comércio por atacado	53,1
Comércio de veículos, peças e motocicletas	27,1
Serviços	51,3
Serviços prestados às famílias	38,0
Serviços de informação e comunicação	75,2
Serviços profissionais, administrativos e complementares	64,8
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	35,4
Outros serviços	44,0

Fonte: Pesquisa Pulso Empresa - IBGE, segunda quinzena de junho de 2020

A dificuldade, contudo, não é apenas na implementação do trabalho de casa mas também de mantê-lo. A modalidade apresentou tendência de queda ao longo dos meses de maio e junho, segundo dados da PNAD-Covid (IBGE). Isso sugere uma retomada das atividades presenciais (jornadas tipicamente menores que as remotas, nesse contexto de crise) e o afrouxamento das medidas de distanciamento.

Gráfico 6: Percentual de pessoas trabalhando a partir de casa, no total da população ocupada que não foi afastada de seus trabalhos – Brasil, maio e junho de 2020.



Fonte: Pnad-Covid, maio e junho de 2020.

Desigualdades digitais limitam a expansão do teletrabalho

O avanço limitado do teletrabalho no Brasil em alguns setores e ocupações durante a pandemia também está relacionado ao cenário de exclusão digital ainda marcante no país. Para além dos desafios organizacionais e regulatórios, o custo de adoção do teletrabalho em países que apresentam processos desiguais de digitalização é maior.

Dados da TIC Domicílios 2019 (Comitê Gestor da Internet, CGI, 2020), coletados entre outubro de 2019 e março de 2020, indicam que a presença de computadores (computadores de mesa, computadores portáteis ou *tablets*) é decrescente nos domicílios brasileiros: caiu de 50% em 2015 para 39% em 2019. Além disso, também se encontra presente em menos da metade das residências com renda familiar de até 3 salários-mínimos⁴. Assim, para a maioria dos domicílios de baixa renda, o trabalho remoto estaria limitado pelo uso do telefone celular, presente em 87% dos domicílios de renda de até 1 salário-mínimo. A alternativa de que os empregadores sejam responsáveis por custear dispositivos corporativos é menos plausível em um cenário de crise econômica. Em muitos países, a distribuição de dispositivos pelo poder público tem sido uma iniciativa emergencial de modo a possibilitar a continuação das atividades educativas e administrativas⁵.

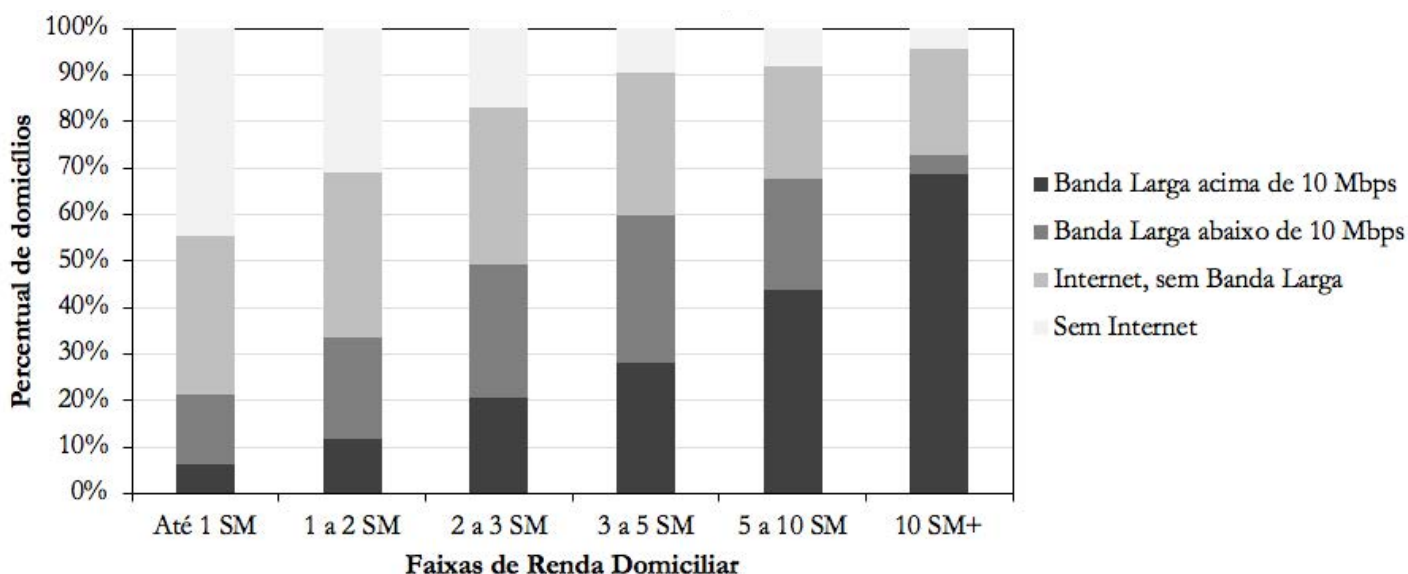
Uma condição fundamental para o teletrabalho é a disponibilidade e a qualidade da conexão à Internet. Ambos dependem da renda das famílias, da infraestrutura disponível em cada localidade, da estrutura de preços e da oferta pelos provedores (CGI.br, 2019). Apesar dos avanços verificados na última década, a banda larga é escassa entre os domicílios mais pobres, onde predominam as conexões móveis (3G e 4G). Nos domicílios com renda familiar mais elevada cresce a presença de velocidades de *download* com mais de 10 Mbps – que permitem maior estabilidade e a adoção de aplicações de videoconferência e *streaming*. A disponibilidade de conexões mais rápidas é um

⁴ Na pesquisa TIC Domicílios, a renda familiar mensal é dada pela soma da renda de todos os moradores do domicílio, incluindo o respondente, levando-se em consideração o valor do salário mínimo

⁵ OCDE. *Citiespolicy responses. Policy Responses to Coronavirus (COVID-19)*, 2020

fator crucial para uma troca de dados mais eficiente, facilitando a comunicação e ampliando a possibilidade de uso dos recursos digitais, afetando decisivamente seu desempenho no teletrabalho.

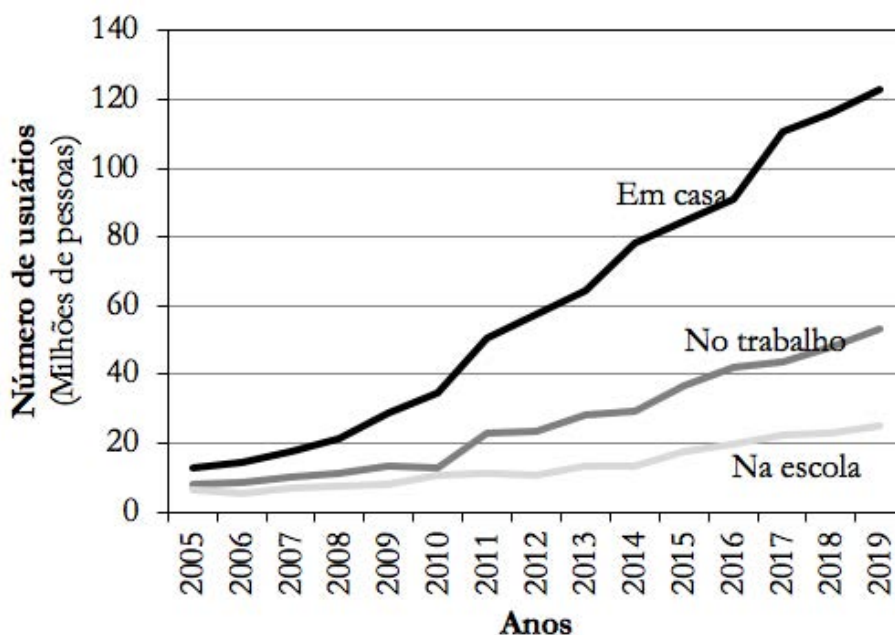
Gráfico 7: Domicílios sem Internet e domicílios com acesso à Internet, por renda domiciliar - Total de domicílios (%)



Fonte: TIC Domicílios 2019 (CGI.br, 2020). Obs.: Dados tabulados não consideram domicílios que não responderam sobre a velocidade de conexão e/ou não informaram renda familiar.

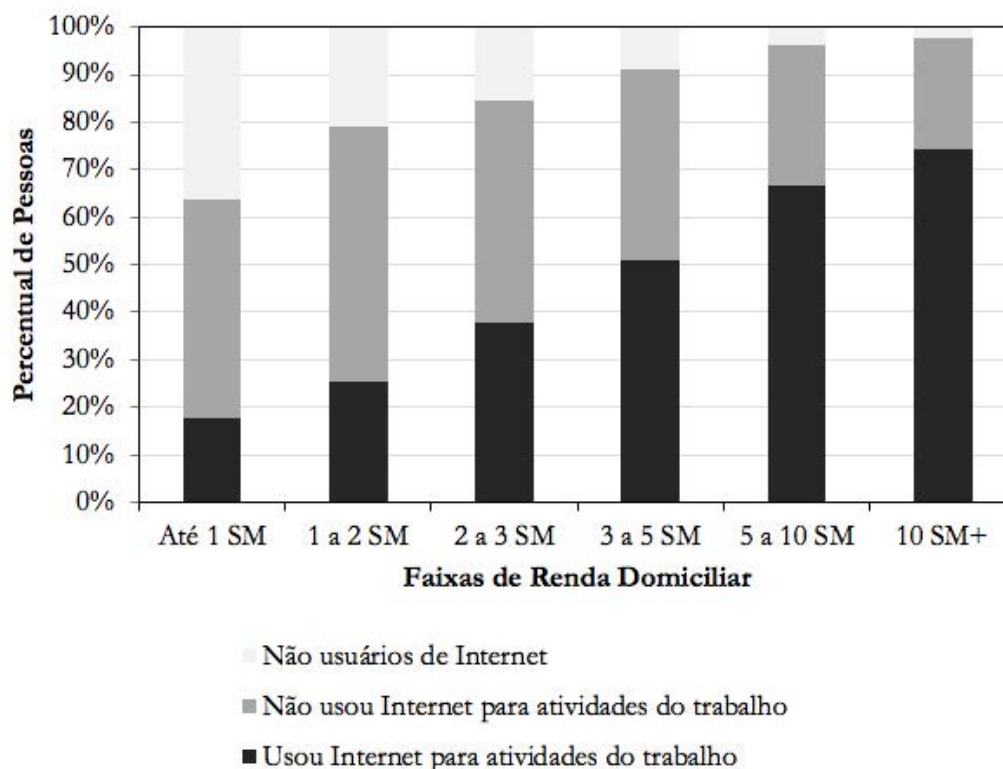
O uso domiciliar da Internet tem crescido de forma mais acentuada que o uso no trabalho, refletindo o modo como a disseminação do acesso ainda tem impactos limitados no processo produtivo. Menos de 20% dos indivíduos de renda familiar na força de trabalho e com renda familiar de até 1 salário mínimo utilizaram a Internet para fins de trabalho, percentual que cresce junto com a renda. Nas faixas de renda mais alta, o percentual de uso da internet para o trabalho é mais disseminado.

Gráfico 8: Total de usuários de Internet em áreas urbanas, por local de acesso individual (2005-2019)



Fonte: TIC Domicílios, 2005 a 2019 (CGI.br, 2020)

Gráfico 9: Usuários de Internet na força de trabalho, por uso da Internet para atividades de trabalho (2019) - Total de usuários de Internet (%)



Fonte: TIC Domicílios 2019 (CGI.br, 2020)⁶.

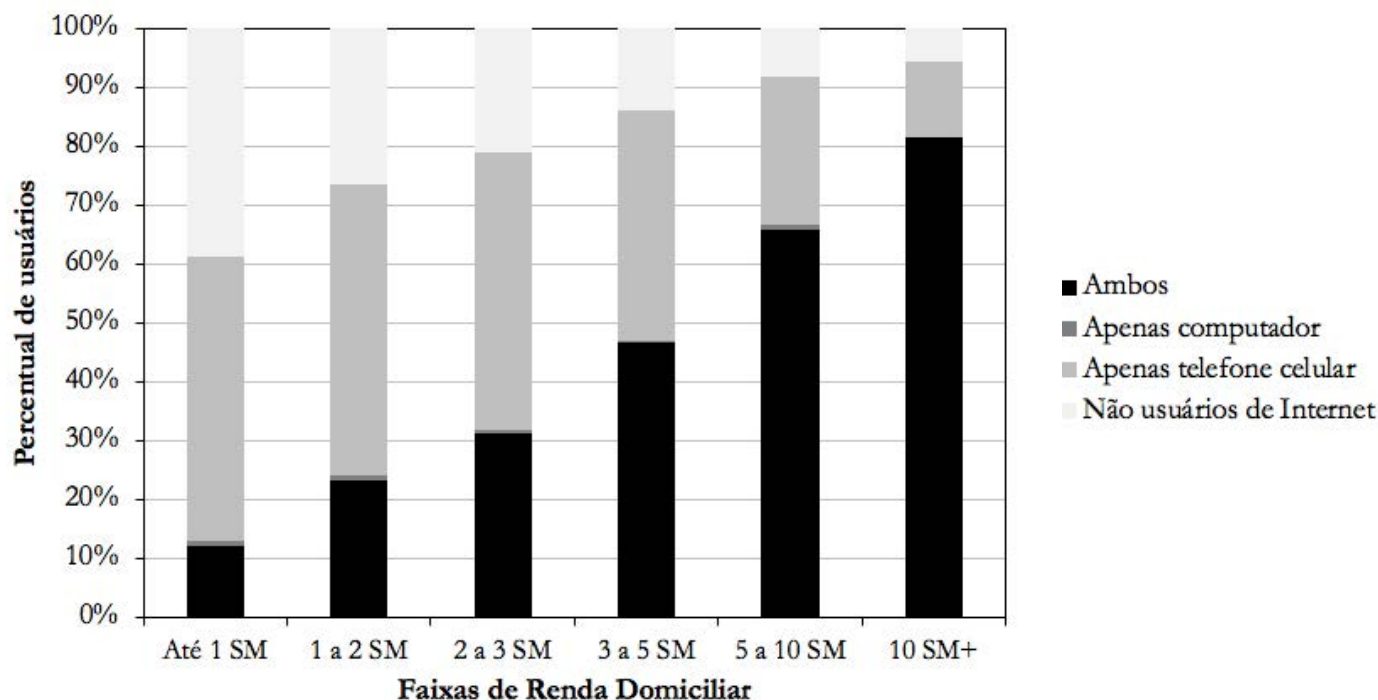
No contexto de uma economia digital, caracterizada por processos produtivos baseados em dados e no avanço da Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês), há uma expectativa de que múltiplos dispositivos conectados e sensores também estejam presentes nas residências e no cotidiano dos trabalhadores. Entre os usuários da Internet, o acesso a múltiplos dispositivos conectados tem sido associado a um uso mais sofisticado da rede, enquanto o acesso exclusivo pelo telefone celular apontado como fator limitante para algumas atividades⁷.

No Brasil, esse contato com múltiplos dispositivos conectados só faz parte, em larga medida, da realidade dos mais ricos. É reduzido o uso de computadores entre aqueles que vivem em famílias com até 3 salários-mínimos. O dispositivo usado para se conectar à Internet deve ser um ponto de atenção especial das empresas que adotam o teletrabalho, pois o fornecimento do computador se torna uma ação necessária tanto para prover ao colaborador os meios mínimos de trabalho, quanto para mitigar riscos de segurança digital.

⁶ CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação - TIC Domicílios 2019. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020 (no prelo).

⁷ Pearce, E., & Rice, E.. Digital divides from access to activities. *Journal of Communication* 63, 721-744, 2013.

Gráfico 10: Usuários de Internet, por dispositivo utilizado para acessar a Internet (2019) - Total de usuários de Internet (%)



Fonte: TIC Domicílios 2019 (CGI.br, 2020)

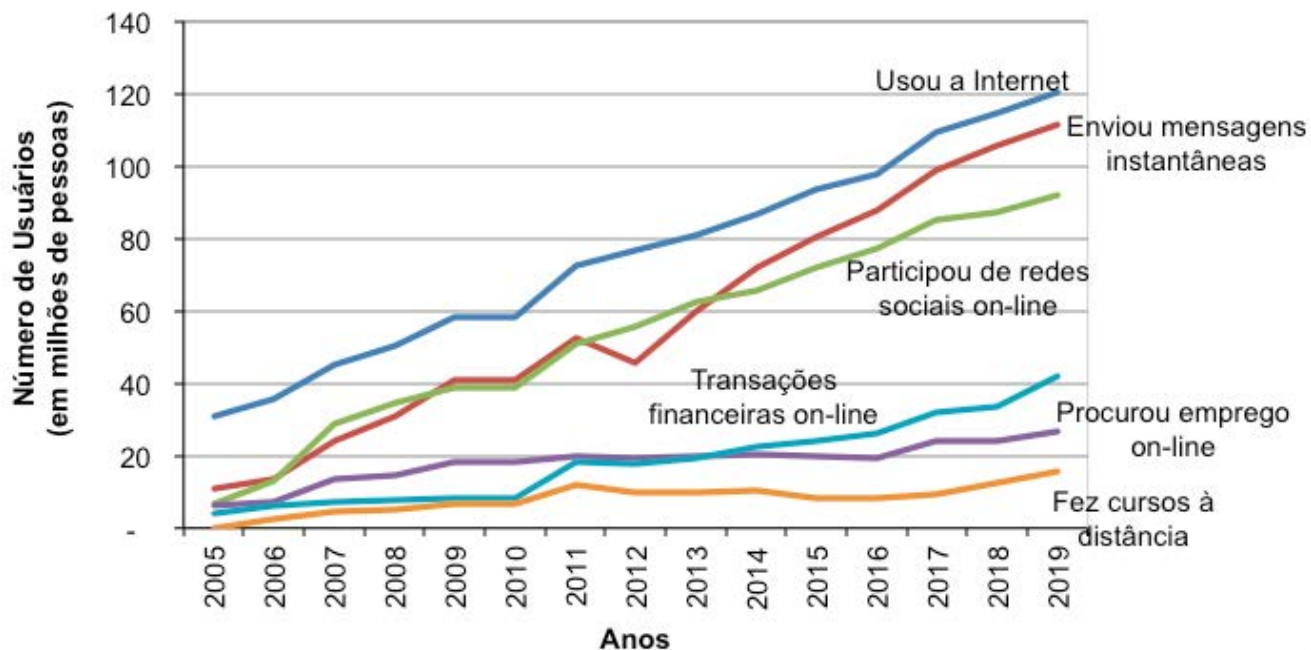
Se é certo que o uso da Internet avançou rapidamente no Brasil ao longo da última década (chegou a atingir 74% da população), as disparidades de "segundo nível" (*second-level digital divide*) ainda persistem entre aqueles que venceram a barreira do acesso. Nesse caso é cada vez mais importante o debate sobre as habilidades ou competências para o uso das TIC, de modo que permita aos indivíduos aumentar os benefícios do uso e reduzir os possíveis danos/resultados negativos associados ao engajamento com o mundo digital⁸. No âmbito das habilidades digitais (*digital skills*), devem ser levadas em consideração tanto as competências operacionais necessárias para usar a Internet quanto as habilidades comunicacionais necessárias para compreender e usar conteúdo *on-line*⁹.

No Brasil, avançam de forma mais intensa as atividades de comunicação, como aplicações de mensagens ou a participação em redes sociais, como mostra o Gráfico 11. Atividades que exigem mais habilidades ou que podem favorecer a capacitação para o mercado de trabalho, como a realização de cursos *on-line*, avançam em proporções menores, ficando restritas a uma "elite digital".

Em resumo, as evidências disponíveis permitem afirmar que os desafios para o avanço do teletrabalho também envolvem a capacitação de pessoas e a presença de competências que não são adquiridas apenas pela popularização do uso frequente da rede. Assim como ocorre em outros países, políticas de ampliação do acesso à Internet não são suficientes para fazer avançar a digitalização em algumas esferas relevantes para o bem-estar.

⁸ ITU. Measuring the Information Society. International Telecommunication Union. Geneva. 2018

⁹ Van Deursen, A. J.; Van Dijk, J. A. Internet skill levels increase, but gaps widen: A longitudinal cross-section analysis (2010–2013) among the Dutch population. *Information, Communication & Society*, v. 18, n. 7, p. 782–797, 2015

Gráfico 11: Total de usuários de Internet em áreas urbanas, por atividades realizadas na Internet (2005 - 2019)

Fonte: TIC Domicílios 2005-2019 (CGI.br, 2020).

Recomendações

- No Brasil, é reduzido o uso de computadores entre aqueles que vivem em famílias com até 3 salários-mínimos. O dispositivo usado para se conectar à Internet deve ser um ponto de atenção especial do poder público e das empresas que adotam ou planejam adotar o teletrabalho, uma vez que o fornecimento do computador se torna uma ação necessária tanto para fornecer ao colaborador os meios mínimos de trabalho, quanto para mitigar riscos de segurança digital.
- Para lidar com as especificidades da pandemia, é importante rever parte da MP 927/2020, em especial a redução das exigências para mudanças entre regimes presenciais e de teletrabalho, bem como as regras menos rígidas para o empregador fornecer equipamentos e infraestrutura, o que transfere custos para o trabalhador. Esta MP também caracterizou que o tempo de uso de aplicativos ou programas de comunicação fora do horário de trabalho não se enquadram como tempo de trabalho, o que aumenta sua jornada de forma não regulada e não remunerada.
- No mesmo sentido, é preciso estabelecer de forma clara e perene, para além da MP 927/2020, fronteiras claras entre tempo de trabalho, pausas e tempo de descanso. As consequências dessa penumbra regulatória são maiores cargas horárias, período de descanso reduzido e falta de compensação por horas extras. Esse quadro já era existente antes mesmo da pandemia – e não foi equacionado pela Reforma Trabalhista de 2017.
- Mesmo que o teletrabalho tenha ganhado destaque durante a pandemia, a situação crítica está com os grupos que tradicionalmente trabalham em casa: informais, pouco qualificados e que não fazem uso dos meios telemáticos. Não bastasse a maior vulnerabilidade, ainda são uma parcela significativa dos ocupados, e provavelmente voltarão a sê-lo no pós-pandemia. Além da falta de

regularidade do trabalho e da baixa renda, normalmente carecem de serviços de apoio, de direitos específicos e de proteção social. Frequentemente, também não se filiam a qualquer organização coletiva e possuem menor poder de barganha ou pressão política. Recomendações e ações da OIT visando esse grupo passam também pelo incentivo à formação de cooperativas ou outras organizações locais, além de uma carteira de direitos.

- A pandemia tem exposto reiteradamente lacunas da proteção social no Brasil. A regulação do teletrabalho é uma demanda recente que se origina das novas modalidades de trabalho puxadas pelo desenvolvimento tecnológico. De outro lado, a redução do tradicional trabalho em casa está na base de uma enorme redução de renda durante a crise, o que exige urgentemente alternativas para o atual modelo de proteção social.

O QUE É A REDE

Somos mais de 70 pesquisadores mobilizados para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da Covid-19 para salvar vidas. Colocamos nossas energias no levantamento rigoroso de dados, na geração de informação criteriosa, na criação de indicadores, na elaboração de modelos e análises para acompanhar e identificar caminhos para as políticas públicas e examinar as respostas que a população oferece.

A Rede de Pesquisa Solidária conta com pesquisadores das Humanidades, das Exatas e Biológicas, no Brasil e em outros países. Para nós, a fusão de competências e técnicas é essencial para se enfrentar a atual pandemia. O desafio é enorme, mas é especialmente entusiasmante.

E jamais seria realidade se não fosse a contribuição generosa de instituições e doadores privados que responderam rapidamente aos nossos apelos. A todos os que nos apoiam, nosso muito obrigado.

Visite nosso site: <https://redepesquisasolidaria.org/>

Siga a Rede de Pesquisa Solidária na redes sociais



QUEM FAZ

Comitê de Coordenação

Glauco Arbix (USP), João Paulo Veiga (USP), Fabio Senne (Nic.br), José Eduardo Krieger (InCor-Faculdade de Medicina USP), Rogério Barbosa (Centro de Estudos da Metrópole), Ian Prates (Cebrap, USP e Social Accountability International), Graziela Castelo (CEBRAP) e Lorena Barberia (USP)

Coordenação Científica Lorena Barberia (USP)

Editores Glauco Arbix, João Paulo Veiga e Lorena Barberia

Doações e contato redepesquisasolidaria@gmail.com

Consultores Alvaro Comin (USP) • Diogo Ferrari (Universidade de Chicago) • Flavio Cireno Fernandes (Prof. da Escola Nacional de Adm. Pública e Fundação Joaquim Nabuco) • Márcia Lima (USP e AFRO-Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial) • Marta Arretche (USP e Centro de Estudos da Metrópole - CEM) • Renata Bichir (USP e CEM) • Guy D. Whitten (Texas A&M University) • Arachu Castro (Tulane University)

Design Claudia Ranzini

Equipe responsável pela Nota Técnica No.16

Coordenação Rogério Jerônimo Barbosa (CEM), Ian Prates (CEBRAP, Fábio Senne (Nic.br), Leonardo Lins (Nic.br), Thiago Meireles (USP)

Pesquisadores Hellen Guicheney (CEM) • Vitor Menezes (USP) • Sergio Simoni (UFRGS) • Paulo Flores (USP/CEM) • Eduardo Lazzari (USP/CEM) • Carolina Requena (CEM) • Heloisa Fimiani (USP) • João Lucas Oliveira (USP)

Instituições parceiras



Instituições de apoio



ALBERT EINSTEIN
SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA

